



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO - MTE

Ata da ordem do dia 24 de abril de 2014.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F. Brasília - DF

Data: 24 de abril de 2014.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e quatorze teve início a 18ª Reunião Ordinária
2 do Conselho de Relações do Trabalho sob a Coordenação do Sr. Secretário de Relações do Trabalho
3 Manoel Messias Nascimento Melo. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Sr. Eudes da
4 Silva Carneiro, SRT/MTE; Sr. Alex Sandro Gonçalves Pereira, SE/MTE; Tito Calvo Jachelli,
5 SE/MTE; Sr. Roberto Marinho Alves da Silva, SENAES/MTE; Sr. Pascoal Carneiro, CTB; Sr.
6 Carlos Alberto de Oliveira Pereira, CGTB; Sra. Maria das Graças Costa, CUT; Sra. Rosana Sousa
7 de Deus, CUT; Sr. Valeir Ertle, CUT; Sr. Danilo Pereira da Silva, FS; Sr. Sebastião José da Silva,
8 NCST; Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT; Rafael Ernesto Kieckbusch, CNI; Sra.
9 Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP; Sr. Willian Soares de Oliveira, CNCOOP; Sr.
10 Alexandre Venzon Zanetti, CNS; Sr. João Adilberto Pereira Xavier, CNS; Sr. Danilo Piva Júnior,
11 CNTur; Sr. Alain Alpin Mac Gregor, CNC; Sra. Maria Antonieta Dias Faisal, CONSIF; Sra.
12 Adriana Giuntini, CNT; Sr. Flávio Costa, SPPE/MTE; Sra. Héliida Girão, SRT/MTE; Maurício
13 Gasparino, SIT/MTE; Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT/MTE e Sr. Frederico Toledo Melo,
14 CNA. **ABERTURA:** O Sr. Secretário de Relações do Trabalho **Manoel Messias Nascimento Melo**
15 inicia a reunião saudando e desejando bons trabalhos aos presentes. Explana que por solicitação do
16 Ministério da Cultura e após consulta às bancadas, adicionou um ponto extra na pauta, para
17 apresentação pelo Secretário de Informação e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Kleber
18 da Silva Rocha, sobre o Vale Cultura. O **Sr. Kleber da Silva Rocha** inicia destacando que o Vale
19 Cultura, tem 29 operadoras cadastradas, que são as instituições que possibilitam a aquisição por
20 parte de trabalhadores que recebem remuneração de um até cinco salários mínimos, que é o foco
21 inicial do programa. São 1.828 empresas beneficiárias, que possuem no seu corpo funcional
22 trabalhadores interessados em se apropriar da tarjeta “Vale Cultura”. São 519.685 funcionários
23 dessas empresas beneficiárias que estão cadastrados. Desses 139.492 cartões emitidos existe um
24 GAP a ser atingido. Explana que são seis mil estabelecimentos credenciados, que o programa

25 chama de recebedora, que são os estabelecimentos que vendem serviços e produtos culturais.
26 Kleber solicita divulgação nas entidades representadas no Conselho, para rapidamente buscar uma
27 interlocução no campo particular, sugerindo a criação de uma agenda para esclarecimentos ou
28 construção de estratégias para que mais trabalhadores, mais empresas beneficiárias, mais empresas
29 recebedoras que prestam serviços e produtos possam se apropriar do programa. O **Sr. Manoel**
30 **Messias** passa para os esclarecimentos solicitando brevidade devido à quantidade de pontos na
31 pauta. Seguindo o **Sr. Kleber Rocha** esclarece ao **Sr. Alain Alpin** da CNC que o GAP é devido ao
32 processo de emissão de cartões e cadastramentos dos funcionários das empresas operadoras. O **Sr.**
33 **Francisco Canindé Pegado** parabeniza a apresentação e agradece pelo contato direto oferecido
34 pelo Sr. Kleber Rocha ao final da apresentação, concordando com um posterior agendamento para
35 uma apresentação mais detalhada com as centrais sindicais e a partir daí, uma disseminação do Vale
36 Cultura. O **Sr. Carlos Alberto Pereira**, da CGTB pondera sobre os benefícios que o programa
37 representa aos trabalhadores e o que significa para o empresário no sentido de incluir essa questão
38 no acordo coletivo. Concorda com a questão da divulgação do Programa, inclusive, aproveitando o
39 dia do trabalhador como uma ferramenta importante para divulgação. O **Sr. Pascoal Carneiro** da
40 CTB fortalece a questão de discutir em Convenção Coletiva. Seria o melhor caminho e tem
41 orientado os sindicatos a fazerem isso. Sugere que necessitaria de uma campanha de sensibilização
42 também nas empresas. O Sr. **Kleber Rocha** discorre que tem o prazer em compor espaços coletivos
43 com esse tipo de abrangência, porque, na verdade, em sendo uma pauta federal, que dá conta de
44 todas as 27 unidades da União, e salienta a importância de se realizar essa interlocução com
45 representações que possam replicar o Vale Cultura em relação aos seus quadros. **Sr. Odecir Prata**,
46 da Diretoria de Incentivo à Cultura do MinC, esclarece à **Sra. Maria Antonieta Faisal** sobre as
47 beneficiárias. São empresas que se apresentam dentro do programa com a oportunidade de
48 viabilizar a entrega do vale aos seus trabalhadores com uma única prerrogativa, que esses
49 trabalhadores sejam registrados, com carteiras assinadas e preferencialmente para os que estejam na
50 faixa de até cinco salários mínimos, não sendo como cadeia obrigatória. O **Secretário** agradece a
51 apresentação e ao Ministério da Cultura por essa divulgação. Passa para o próximo ponto de pauta:
52 aprovação das Atas, que será coordenado pelo Sr. Eudes Carneiro da Secretaria Executiva do
53 Conselho. **Sr. Eudes Carneiro** discorre que são as Atas da 16ª e 17ª Reunião e coloca em discussão
54 a Ata da 16ª Reunião esclarecendo não ter recebido encaminhamentos por e-mail. O **Sr. Francisco**
55 **Canindé Pegado** apresenta proposta de alterações de redação e conteúdo, com ponderação do **Sr.**

56 **Eudes Carneiro** que não é possível realizar alteração na Ata naquilo que não constar nas falas
57 constantes da gravação. Informa que encaminhou a Ata anteriormente à reunião, justamente para
58 manifestações e alterações, quando factível. Após consultar as bancadas adia a aprovação da Ata da
59 16ª Reunião para a próxima reunião, com as alterações solicitadas. Com relação à Ata da 17ª
60 Reunião o **Sr. Francisco Canindé Pegado** também realiza correções de redação e o **Sr. Rafael**
61 **Kierkbusch** da CNI discorre que a intervenção da Ata foi apenas de interpretação e por isso
62 solicitaram correção. O **Sr. João Adilberto Pereira Xavier** solicita que a Ata seja sobrestada para
63 verificação com o Conselheiro titular, que avaliará a alteração. O **Sr. Eudes Carneiro** encaminha
64 as Atas para aprovação na próxima reunião e o **Presidente** do Conselho passa para o próximo ponto
65 de pauta: discussão da agenda de reuniões de 2014. A Coordenadora **Sra. Adriana Giuntini** da
66 CNT, solicita alteração da data do dia 26 de outubro para 6 de novembro e que a reunião de julho
67 seja adiada em virtude da Copa do Mundo de Futebol, que encarecerá as passagens aéreas e hotéis.
68 O **Secretário Messias Melo** informa que há agendas importantes a serem vencidas tanto em
69 reunião com os trabalhadores, como com os empregadores e por isso necessitam do esforço de se
70 reunirem durante a Copa do Mundo, buscando alternativas de datas em que não tiver jogos em
71 Brasília. Após debates pactuam as datas ficando pendente apenas a verificação com cada uma das
72 coordenações. Seguindo as bancadas se manifestam a favor da prorrogação do prazo do Grupo de
73 Trabalho dos Demonstradores-Promotores de Venda, por mais 90 dias. A **Sra. Élide Girão** da SRT,
74 também relata sobre solicitação de entrada de novas entidades no GT, o que foi entendido pelas
75 duas bancadas como inaceitável já que tiveram sete reuniões do GT e entrada de um novo membro
76 prejudicaria o andamento dos trabalhos. Também relata que a CNTC protocolou um documento à
77 revelia da Bancada dos Trabalhadores e como não cabe ao grupo, solicita qual seria o
78 encaminhamento do Conselho para esses dois entraves. O **Sr. Valeir Ertle** esclarece que a situação
79 do documento da CNTC já foi debatida na bancada dos trabalhadores e conseguiram pactuar um
80 documento que será enviado ao GT até a próxima reunião. O **Sr. Pascoal Carneiro** pondera que as
81 solicitações devem ser respondidas para evitar futuros problemas judiciais. O **Sr. Eudes Carneiro**
82 esclarece que já responderam às duas solicitações e está aguardando a posição do Conselho para
83 responder à CNTC. O **Sr. Francisco Canindé Pegado** fortalece que o compromisso é que a
84 entidade legítima é a entidade que tem representação, e esses debatem com suas bases e trazem os
85 encaminhamentos e sugestões. O **Secretário Manoel Messias** esclarece à Sra. Adriana Giuntini que
86 quando se tratar de um tema específico de um setor, de uma entidade não filiada, ou alguma das

87 centrais nacionais manifestem a intenção de participar, possam participar na condição de
88 observadores desse GT. Não influencia na decisão, mas como observador podem. Sugere que na
89 criação dos próximos Grupos de Trabalho se estabeleça prazos para receber, de forma genérica,
90 eventuais contribuições. Passa para o próximo ponto: apresentação do tema aprendizagem
91 profissional pela SPPE. O **Sr. Flávio Costa** da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego,
92 agradece a abertura do espaço e discorre que estão elaborando a Agenda Nacional do Trabalho
93 Decente e está no momento de poder recorrer às ações de cada Ministério, seja dos órgãos públicos
94 ou das confederações, que tenham relação com o tema da juventude, para caso haja alguma
95 contribuição subsidiar os trabalhos do Subcomitê que trata da Agenda. Destaca que a Agenda do
96 Trabalho Decente é pautada em quatro pilares: mais e melhor educação; conciliação dos estudos,
97 trabalho e vida familiar; inserção ativa e digna no mundo do trabalho; e diálogo social. Entende que
98 o Jovem Aprendiz, é um impacto na trajetória profissional dos jovens entre 14 e 17 anos de idade,
99 considerando que muitos dos aprendizes que passam pelo programa permanecem na própria
100 empresa onde iniciaram a aprendizagem profissional, ou imediatamente após o término do contrato
101 de aprendizagem, tem um novo vínculo formal nos anos subsequentes. É uma política de inserção
102 digna e ativa no mundo do trabalho. Reconhece que há a necessidade de fortalecimento e de um
103 trabalho conjunto não só do papel do governo em fiscalizar ou de promover essa política, mas
104 também dos empregadores aderirem à questão. Destaca também que estão tentando alterar a
105 legislação do Pronatec para que atenda a questão dos 14 anos, porque é o que a legislação da
106 aprendizagem coloca, mas hoje ela atenderia de 15 a 24 anos e a prioridade na contratação vai ser
107 questão dos adolescentes afastados do trabalho infantil. O público alvo dessa modalidade é o
108 adolescente em situação de acolhimento, abrigamento, em parceria com o MDS, alunos
109 matriculados no ensino médio da rede pública, de educação de jovens e adultos. O **Secretário** abre
110 para considerações e o **Sr. Francisco Canindé Pegado** solicita o material da apresentação,
111 discorrendo que é muito importante o tema e os subsídios são interessantes, mas não se considera
112 em condições de dialogar e debater, até porque há um Comitê da Juventude integrado por
113 representantes das centrais sindicais que também querem entrar na temática desse trabalho e
114 contribuir. O **Sr. Flávio Costa** entende que a Convenção acontece, mas em muitas funções elas não
115 se estendem à situação do aprendiz, então esse foi o espaço. Que encaminhará o documento. São
116 quatro planilhas, uma para cada prioridade, com as estratégias adotadas no plano, então alguma
117 ação relacionada que a central sindical ou qualquer um dos atores tenham relacionada àquela

118 estratégia que adicione na planilha para a realizarem esse consolidado e estruturar a apresentação da
119 estruturação do Plano Nacional de Trabalho Decente. Esclarece a **Sra. Adriana Giuntini** com
120 relação ao Pronatec, que a empresa contribuinte do Sistema S tem a formação gratuita por essa
121 contribuição. Quem não é contribuinte do S e tem a possibilidade de contratar aprendiz, pagaria
122 essa formação à parte. O Pronatec vai entrar com o pagamento da formação teórica desse aprendiz e
123 o empregador somente com a parte prática do contrato, nas horas que ele permanece na empresa,
124 incentivando assim as empresas, sem oneração. A **Sra. Maria Antonieta Dias Faisal** questiona o
125 objetivo da Agenda e qual a distinção com o Plano Nacional que já existe. O **Secretário de**
126 **Relações do Trabalho, Manoel Messias** solicita que explique como se dá as eleições para
127 composição do subcomitê, considerando que acontece um esvaziamento das entidades,
128 especialmente dos trabalhadores. E o **Sr. Carlos Alberto Pereira** considera para as centrais
129 sindicais que essa questão da qualificação da juventude é fundamental para o Brasil e que
130 realizaram um estudo constatando um desconhecimento desses estudos ou ele é residual. O **Sr.**
131 **Flávio Costa** esclarece que são agendas diferentes, têm relação pela temática, mas a juventude tem
132 a sua especificidade, inclusive tem uma agenda específica com prioridades específicas e ações que
133 permeiam o tema da juventude. Que coordenam o subgrupo junto com a Secretaria Nacional de
134 Juventude e a Sra. Andrea, da OIT, que participa das discussões no monitoramento do Plano de
135 Trabalho Decente. Que havia colocado para fazer essa conexão entre o GTT e a Agenda específica
136 da juventude e tentará realizar a articulação entre as duas agendas. Com relação ao Fórum,
137 realmente estão em processo de eleição para as instituições formadoras, sem fins lucrativos e
138 agentes da sociedade civil, inclusive prorrogaram as inscrições do Fórum Nacional por não haver
139 candidatos interessados em relação à sociedade civil, e é fundamental nesse debate. Esclarece
140 também que existe uma Agenda e não existe o Plano para a captação das informações para subsidiar
141 a elaboração do Plano Nacional para a Juventude. O **Secretário** acrescenta que a solicitação da
142 SPPE de fazer essa fala na linha de superar isso, ajuda a chamá-los para a questão da Agenda do
143 Trabalho Decente e estimular que tratem o tema nas suas negociações coletivas. Agradece ao Sr.
144 Flávio Costa, discorrendo que sempre que houver assuntos relacionados também com as Relações
145 de Trabalho tem todo interesse em tratar no Conselho. Passa para o próximo item: Portaria
146 375/2014, que subdelega competências aos Superintendentes Regionais de Trabalho e Emprego
147 para decidir sobre pedido de autorização para trabalho aos domingos e nos feriados civis religiosos.
148 Explana seu histórico, destacando que fundamentalmente o mérito da portaria é que nos casos em

149 que não consta Auto de Infração relacionado à questão de saúde do trabalhador é autorizado o
150 trabalho nos domingos e feriados, com posterior fiscalização. No caso que consta algum Auto de
151 Infração relacionado à saúde, segurança do trabalho e ao tema específico, essa autorização prévia
152 não é dada. É feita a fiscalização para depois conceder ou não. A Coordenadora da bancada dos
153 empregadores **Sra. Adriana Giuntini** discorre que a discussão estava na pauta do Conselho de
154 Relações do Trabalho e estavam debatendo o trabalho de curta duração e foram surpreendidos com
155 a publicação da Portaria, sendo que ela estava pautada para ser uma discussão tripartite. Considera a
156 Portaria muito abrangente, não objetiva, não traz segurança jurídica nenhuma e não faz a menção ao
157 Decreto de 1949, que é antigo e desatualizado e, se for caso, deveriam atualizar o Decreto e trazer
158 essa menção ao Decreto também na própria Portaria. Solicita que essa Portaria seja suspensa e que
159 volte à discussão de forma tripartite, como deveria ter sido feita. O **Sr. Francisco Canindé Pegado**,
160 Coordenador da Bancada dos Trabalhadores, critica a forma de publicação da portaria sem o
161 encerramento das discussões no Conselho. Acrescenta que a Portaria é muito deficiente para as
162 necessidades de hoje de empoderamento das entidades sindicais, sejam patronais, sejam dos
163 trabalhadores, mas nesse caso especial é um desprestígio e uma retirada inclusive de poder até de
164 negociação das entidades sindicais. Que diferentemente da bancada empresarial, os trabalhadores
165 pedem a revogação da Portaria a fim de voltar a discuti-la. Não se negam ao debate, mas não
166 concordamos com a simples suspensão. O **Sr. Pascoal Carneiro** fortalece a revogação e acrescenta
167 que terão muita dificuldade nas campanhas salariais de inserir trabalho aos domingos e feriados e
168 regulamentar a forma de pagamento, se a Portaria não for revogada. O **Sr. Valeir Ertle** pondera que
169 as contribuições dos trabalhadores e empregadores já apresentadas em reuniões anteriores foram
170 ignoradas na Portaria e que dessa forma deveriam repensar o papel das Câmaras Bipartite do
171 Conselho de Relações do Trabalho. O **Sr. Maurício Gasparino da Silva**, Diretor do Departamento
172 de Fiscalização do Trabalho, entendia que o Conselho viesse a achar natural a publicação da
173 Portaria, que a intenção é que tivesse agradado a todos, considerando que não agradou a ninguém e
174 por algumas falhas, alguns problemas, ou algumas omissões que poderiam evidentemente ter sido
175 construídas com a continuidade desse momento de debates. Explica que a proposta de revogação
176 deve levar em conta que revogar a atual simplesmente cancela tudo e uma revogação com
177 repristinação da norma anterior até que se continuasse o debate e o concluísse, mantinha-se o que se
178 estava anteriormente regulamentado. Diz que é simpático a todas as considerações feitas de ambas
179 as partes, e tem convicção de que com a assinatura acreditava-se que realmente era um avanço e que

180 agradaria se não a todos, mas que seria uma solução mais adequada. O **Sr. Alexandre Venzon**
181 **Zanetti** exemplifica alguns trabalhos essenciais aos Domingos, como de hospitais e clínicas. Têm
182 algumas consequências e que se faz necessário repensar o que foi feito e que acabaram não sendo
183 trazidas à mesa, porque não deu tempo; não teve a participação de todos. A **Sra. Adriana Giuntini**
184 altera a proposta da bancada para Revogação da Portaria com reprimenda e sugere a criação de um
185 Grupo de Trabalho especificamente para debate da portaria, e já na próxima semana apresentariam
186 as sugestões, tanto a bancada dos trabalhadores, quanto a dos empregadores, marcando uma reunião
187 para o dia 13 de maio. O **Sr. Manoel Messias Melo** pondera que com a manifestação das duas
188 bancadas, encaminhará para o Ministro as posições de revogação da Portaria e se possível a
189 aprovação da reunião de um Grupo de Trabalho no dia 13 de maio para debate e construção de uma
190 proposta, ou das propostas das bancadas. Com concordância do Conselho passa para o próximo
191 ponto de pauta por solicitação do **Sr. Francisco Pegado** que pede para adiantar para o tema da
192 Ordem dos Músicos, pois terá que se ausentar. Relata que não conseguiram consenso na Bancada e
193 em reunião decidiram que a solução seria de flexibilizar a questão da emissão da Nota Contratual,
194 no seguinte aspecto, aquelas entidades que reúnem condições objetivas de emitir a nota contratual,
195 onde tenha todos aqueles parâmetros de informações, de controle, de segurança, de garantias da
196 execução da atividade, etc.. O **Secretário** discorre que essa flexibilização teria que ser
197 regulamentada. A **Sra. Adriana Giuntini** sugere a criação de Grupo de Trabalho para discussão da
198 regulamentação e que os trabalhadores formulem e formalizem proposta. O **Secretário Manoel**
199 **Messias Melo** discorre que a Coordenação desse grupo caberia à Secretaria de Inspeção do
200 Trabalho, pois há uma proposição de que haja uma flexibilização, uma abertura de quem pode
201 emitir a nota contratual. Além de ter isto, tenha uma regulamentação objetiva do conteúdo dessa
202 Nota Contratual para garantir todos os direitos, todas as obrigações. Entende que é fundamental que
203 apresentem a proposta detalhada, pois quando se trata de regulamentação é a SIT que responde. O
204 **Sr. Maurício Gasparino da Silva** concorda que é matéria de criação de um Grupo de Trabalho
205 porque é a típica atividade ou regulamentação, que tem que contar com a assistência técnica dos
206 maiores interessados, para apresentar uma proposta final ao Conselho. O **Sr. Pascoal Carneiro**
207 solicita que se dispense a formalidade de se apresentar uma proposta escrita, já que é simplesmente
208 flexibilizar e não ter monopólio de uma só entidade emitir essa nota contratual, que ganhariam mais
209 tempo consignando em Ata a proposta. O **Sr. Manoel Messias Melo** concorda e encaminha com
210 concordância do Conselho para que se crie um Grupo do Trabalho para regulamentação da

211 flexibilização da Nota Contratual relacionado aos músicos, e por solicitação da bancada dos
212 trabalhadores convidar a Previdência Social para compor o Grupo, e que sejam avisados quando
213 lançarem da formação do GT. Passa para o relatório final do grupo de trabalho, que tratou do
214 financiamento das Entidades Sindicais dos servidores públicos. O **Sr. Admilson Moreira dos**
215 **Santos** inicia o relato informando que o Grupo de Trabalho foi instituído, de forma Bipartite pelo
216 governo e representantes dos trabalhadores servidores públicos, para debaterem sobre a
217 compreensão de ser devido ou não o recolhimento da Contribuição Sindica por parte dos servidores
218 públicos. O grupo elaborou uma proposta de Anteprojeto de Lei e traz para o pleno do Conselho a
219 proposição de aprovar uma recomendação ao Ministro, para que se dê seguimento, no âmbito do
220 próprio Governo, a discussão desse Anteprojeto de Lei. O **Presidente** do Conselho consulta as
221 bancadas e o **Sr. Pascoal Carneiro** informa que há consenso na bancada dos trabalhadores em
222 concordar com o encaminhamento proposto pelo GT. A **Sra. Adriana Giuntini** informa que ainda
223 não obtiveram retorno das bases e gostariam de emitir opinião sobre o relatório final na próxima
224 reunião. O **Secretário** pondera que estão encaminhando para a continuidade da discussão no âmbito
225 do governo e após as contribuições a proposta retornaria ao Conselho, antes de ir ao Congresso
226 Nacional. O **Sr. Pascoal Carneiro** também pondera que foi um debate no GT no âmbito das três
227 esferas e que nada iria afetar a Bancada dos Empregadores, pondera ainda que será um prejuízo a
228 dilação desse prazo e solicita a compreensão da Bancada dos Empregadores para que se aprove o
229 encaminhamento. O **Sr. Manoel Messias Melo** acrescenta na proposta o retorno da discussão ao
230 Conselho, após as análises e possíveis acréscimos do governo e com o consenso também da
231 Bancada dos Empregadores, com a garantia do retorno da discussão ao Conselho. Neste sentido foi
232 aprovado o encaminhamento sugerido pelo Grupo de Trabalho. O **Sr. Carlos Alberto de Oliveira**
233 **Pereira** solicita que o processo de discussão seja realizado rapidamente, considerando que o serviço
234 público tem o direito de criar Sindicato, mas esse direito não existe na prática, porque não existe
235 negociação, não existe sistema de custeio das entidades, que a mobilização do servidor público
236 praticamente é para sentar à mesa de negociação, que é uma questão democrática, profundamente
237 importante. O **Secretário** passa para o próximo ponto de pauta: sugestões para tramitação dos
238 processos de reconhecimento de categorias para fim de Registro Sindical, no CRT. Discorre que já
239 encaminharam ao Conselho em reuniões anteriores, uma lista, não fechada, de diretrizes para
240 debater para fazer uma Resolução, sobre como se encaminharia o assunto para que a Secretaria
241 entenda como deve consultar o Conselho, como está previsto na Portaria, e que a ideia é que essas

242 questões sejam analisadas nas Câmaras Bipartite dos Trabalhadores ou dos Empregadores, porém
243 necessitam definir qual seria o procedimento. A **Sra. Adriana Giuntini** discorre que a intenção é
244 ter uma Câmara específica, para que o assunto retorne ao Conselho, como já aconteceu várias vezes.
245 Propõe a criação de um grupo de trabalho para que se apresente a proposta de regulamentação. O
246 **Sr. Pascoal Carneiro** pondera que se aprove uma proposta em tabela de categoria, que chegue a
247 um entendimento o mais rápido possível sobre tabela de categoria. Entende como mais viável que
248 cada Central Sindical debata internamente e encaminhe suas ponderações baseado nessas 13
249 perguntas, até o dia 25 de maio para o DIEESE compilar em uma proposta e os trabalhadores
250 apresentariam na próxima reunião do Conselho. Seria uma proposta de consenso da Bancada dos
251 Trabalhadores. Com relação à proposta dos empregadores não se opõem, mas entendem que
252 conseguem vencer essas trezes perguntas e apresentar ao Conselho. O **Sr. Manoel Messias Melo**
253 pondera que não emitirá opinião sobre a criação do grupo, mas considera boa a proposta,
254 respeitando a discussão interna de cada central em consolidar uma posição de Bancada. Após a essa
255 consolidação da posição dos trabalhadores, o grupo se instalaria também com representante dos
256 empregadores e discutiriam as propostas na tentativa de construir um consenso e apresentar no
257 Conselho. A **Sra. Adriana Giuntini** pondera que é apenas o formato e chegará o momento da
258 definição do que é empregador, do que é trabalhador, que será realizado de forma Tripartite. O
259 **Secretário de Relações do Trabalho** diz que esse é outro debate e delibera, a sugestão da bancada
260 dos trabalhadores de apresentar seu resultado até o dia 30 de maio. Entram no debate da
261 composição do Grupo de Trabalho, rememorando o período de Copa do Mundo e os problemas com
262 relação à hospedagem e passagens aéreas. Houve a ponderação de que três representantes, mais os
263 suplentes de cada bancada não atenderia a Bancada dos Empregadores, já que são nove
264 Confederações e o **Sr. Eudes Carneiro** discorre que quando foi constituído o grupo de trabalho
265 para discutir sobre Demonstrador e Promotor de Vendas, houve um consenso na Bancada dos
266 Trabalhadores de que teriam três Titulares e três Suplentes. Houve um consenso. Que não irão
267 discutir tabela de categorias nesse grupo, apenas quanto à tramitação dos processos. O **Sr. Valeir**
268 **Ertle** pondera que será apenas a tramitação. Considera que não há a necessidade de indicar três das
269 centrais Sindicais, três dos Empresários, três do Governo. O **Sr. Manoel Messias Melo** considera
270 que poderiam não se preocupar com a paridade, já que construirão consenso e não terá votação. O
271 **Sr. Willian Soares Oliveira** da CNCOOP, entende que contemplar todos os representantes no
272 Conselho, legitimará mais ainda esse grupo de trabalho e principalmente no futuro qualquer

273 discussão da distribuição do processo. O **Presidente** do Conselho esclarece que não estamos
274 falando de restaurar a Comissão de Enquadramento Sindical. O Conselho foi criado por uma
275 Portaria e estão trabalhando internamente no Ministério para em uma revisão institucional para
276 passar a ser legalmente estabelecido. Que na Portaria de Registro Sindical, colocaram duas
277 formulações que levou a gerar dois pontos de pauta no Conselho, que não tem conseguido avançar.
278 Propõe que se instale o grupo na semana entre um e onze de junho; um representante de cada
279 entidade membro do Conselho. O **Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira** pondera que a Central
280 Geral dos Trabalhadores é contra transformar essa Comissão em uma Comissão de Enquadramento,
281 que a Bancada dos Trabalhadores já discutiu e já demonstraram o posicionamento contrário e que
282 para fortalecer o grupo é importante que cada organização tivesse a sua participação mínima. O **Sr.**
283 **Pascoal Carneiro** discorre que ficou claro que não é reeditar aqui a Comissão de Enquadramento
284 Sindical, nem tampouco a proposta aqui dá poderes a emitir carta sindical. Com relação à formação
285 do GT são procedimentos sérios, complexos, mas não é um procedimento que vai dar poder de
286 deliberação e se for para ter um representante por entidade, estarão reproduzindo o Conselho de
287 Relações do Trabalho no grupo de trabalho. A **Sra. Adriana Giuntini** propõe que os representantes
288 dos empregadores não tenham suplente, assim diminuindo a quantidade de pessoas e o **Sr. Pascoal**
289 **Carneiro** concorda, clarificando que a Bancada dos Empregadores está reproduzindo o pleno do
290 CRT. O **Presidente** do Conselho encaminha para a criação do GT para discutir uma proposta de
291 Resolução sobre tramitação de processo de reconhecimento de categoria de registro Sindical no
292 Conselho. Os trabalhadores têm o compromisso de construir uma proposta até 30 de maio. O
293 presidente solicita que todos tenham uma flexibilidade para conseguirem se reunir entre um e dez
294 de junho. Na sequência passa para o próximo ponto: Cadastro Nacional de Entidades Sindicais -
295 CNES, e discorre que precisa saber tanto da Bancada dos Empregadores, como da Bancada dos
296 Trabalhadores como está o encaminhamento do tema, porque entende que ainda demandará no
297 semestre para concluir uma versão nova do CNES. Necessita ter uma visão de quando pode ser
298 implantada do ponto de vista de uma codificação as categorias dos trabalhadores. O **Sr. Pascoal**
299 **Carneiro** informa que terão um seminário no dia vinte e cinco de abril, coordenado pelo DIEESE, e
300 compilarão as propostas das Centrais Sindicais tentando unificar o que for consenso nessas
301 propostas, e o que for dissenso tentarão trabalhar o mais rápido possível com acordo ou não entre os
302 trabalhadores e trazer uma proposta ao Conselho. O **Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch** da CNI
303 explana que não tem um trabalho concluído ainda em relação a esse levantamento, que em termos

304 da condução, do levantamento da pesquisa, precisam analisar o registro atualizando a tabela perante
305 a realidade atual. Que estão com o desafio do levantamento de cada uma das Confederações, mas
306 não conseguiram concluir o processo. E ao mesmo tempo como é que organizam isso dentro dos
307 planos confederativos das entidades representadas no Conselho. Solicita mais prazo para
308 conseguirem realizar o levantamento das tabelas de todas as categorias que envolvem. O **Secretário**
309 pondera que estão trabalhando o caminho mais difícil, mas no entendimento, mais produtivo no
310 sentido do resultado para trabalharem a partir da proposta das bancadas. Solicita que as bancadas
311 realizem um acordo de prazos que se cumpra, tanto trabalhadores como empregadores. Entende a
312 dificuldade, mas necessita ter horizontes, cumprir prazos, e que se debrucem sobre o tema e
313 construam uma proposição para iniciarem a discussão no Conselho. Após debates sugere que nas
314 próximas reuniões das Câmaras Bipartites se pautem e definam os prazos para as duas bancadas.
315 Passa ao próximo ponto discorrendo que não há tempo para o debate, mas explana que pautará a
316 homologação nas Câmaras Bipartites como preparação para a próxima reunião do Conselho.
317 Explana que na construção do Sistema Único do Trabalho surgiu a questão da homologação, que é
318 um relato que preocupa muita gente, que é necessário enfrentar; fazer um debate e construir um
319 consenso sobre o tema. Fala também sobre o HomologNet, que está tentando tornar obrigatório em
320 todos os estados. Espera que superem no próximo período as dificuldades internas no Ministério do
321 Trabalho, para que tenha condições de fazê-lo. Que a intenção é começar um piloto do HomologNet
322 nos Sindicatos dos Trabalhadores. Está em busca de voluntários, entende que ao abrir esse debate
323 vão surgir outros problemas na homologação, mas gostaria de pautar. Que há também uma pressão
324 pela regulamentação de um prazo para homologação, pois os trabalhadores estão sendo
325 prejudicados, no caso da empresa não marcar a homologação, e o trabalhador não consegue acessar
326 o FGTS e seguro desemprego. O **Sr. Pascoal Carneiro** pondera da necessidade do Ministério do
327 Trabalho realizar concurso público e fortalecer sua estrutura. Que muitas subdelegacias não têm
328 condições mínimas para realizar homologação. Discorre que a Bancada dos Trabalhadores ainda
329 não tem proposta e sugere que o governo apresente minimamente uma sugestão de minuta para
330 tratarem nas Câmaras. O **Presidente** do Conselho concorda que podem elaborar um roteiro para os
331 debates na bipartite. Passa para os informes dizendo que a Portaria 188 foi suspensa. Pleito
332 apresentado pelas Confederação dos Empregadores que o Ministro atendeu. Encaminhou a Portaria
333 para ser reestudada pelo Jurídico do Ministério. No caso da 186/2014 entende que a alteração
334 realizada resolveu o principal problema que foi detectado na Portaria, que era a ameaça de

335 cancelamento do código Sindical. Ampliou o prazo de atualizações dos mandatos de 30 dias para
336 120 dias. O **Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch** relata que CNI tem um monitoramento na questão das
337 vigências nos mandatos dos Sindicatos e percebeu que o prazo sempre ficava na faixa de uns 15 a
338 18% com mandatos vencidos e que aumentou por causa do uso do certificado digital.
339 **ENCERRAMENTO:** O Presidente do Conselho de Relações do Trabalho **Sr. Manoel Messias do**
340 **Nascimento Melo** informa que foi incluído no site do Ministério as pautas e calendário de reuniões
341 e encerra a 18ª Reunião Ordinária.